

Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais e associações voluntárias

Breno Augusto Souto Maior Fontes*

RESUMO: Este texto tem por objetivo discutir a temática das Associações Voluntárias a partir de duas questões básicas: (a) os prováveis rearranjos destas instituições provocadas pelas profundas mudanças por que tem passado as sociedades ocidentais; (b) a relação existente entre os processos associativos e a estrutura das redes sociais onde estão inseridas.

Após uma breve análise sobre os prováveis rearranjos nos processos de solidariedade, apresentaremos a discussão específica das tendências de organização das Associações Voluntárias, colocando a seguinte questão: seriam os novos arranjos de sociabilidade resultantes de mudanças verificadas recentemente nas sociedades contemporâneas obstacularizadoras do desenvolvimento de capital cívico, conseqüentemente inibidoras de ações coletivas? Discutiremos estas questões a partir do exame das tendências de desenvolvimento das Associações Voluntárias, mostrando comparativamente a realidade dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Capital social, redes sociais, terceiro setor, teoria social, associações voluntárias

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir a temática das Associações Voluntárias a partir de duas questões básicas: (a) os prováveis rearranjos destas instituições provocadas pelas profundas mudanças por que tem

* Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Lemann Visiting Scholar. David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University (set 1998/mar 1999).

passado as sociedades ocidentais; (b) a relação existente entre os processos associativos e a estrutura de redes sociais na qual estão inseridos.

Existe um certo consenso na literatura sobre redes sociais de que as posições sociais dos indivíduos se estruturam a partir das possibilidades que lhe são oferecidas para acessar recursos; e que estes recursos são de certa forma disponibilizados consoante a estrutura das redes sociais onde estão inseridos. O desenho das redes permitiria, portanto, aos atores sociais formar um estoque de capital social que seria funcional à mobilização de recursos. Trabalhos como o já clássico de GRANOVETTER (1995), ou mais recentemente de MONTGOMERY (1992), por exemplo, mostram a importância da estruturação das redes egocentradas para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Pesquisas também têm mostrado a importância das redes sociais para a estruturação das ações coletivas, como é o caso do artigo de GOULD (1993), que descreve a interdependência das contribuições individuais em ações coletivas; ou a sua importância para a estruturação dos processos comunicativos indispensáveis à estrutura de liderança, como nos mostra o artigo de LAUMANN (1977). Da mesma forma, organizações sociais também teriam suas possibilidades de mobilizar recursos a partir dos desenhos particulares das redes onde estão inseridas, como nos mostra FERNANDES (1988), ao analisar o papel dos campos multiorganizacionais no recrutamento de pessoas.

A relação entre o desenho das redes e o processo de mobilização de recursos, de um lado, e as mudanças verificadas recentemente nas sociedades contemporâneas e prováveis impactos no desenho destas redes sobre a estruturação das Associações Voluntárias, por outro, constituem a temática central que desenvolveremos neste artigo. Trata-se de uma análise ainda exploratória, onde, a partir da revisão da literatura, apresentaremos algumas questões ainda não problematizadas suficientemente. De fato, a relação entre mudanças na macroestrutura social e rearranjos na estrutura das redes sociais e implicações nos processos de mobilização coletiva ainda são temáticas relativamente pouco exploradas. Sem pretendermos esgotar o assunto, discutiremos estas questões a partir do e-

xame das tendências de desenvolvimento das Associações Voluntárias, mostrando comparativamente a realidade dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Após uma breve análise sobre os prováveis rearranjos nos processos de solidariedade, apresentaremos a discussão específica nas tendências de organização das Associações Voluntárias, colocando a seguinte questão: seriam os novos arranjos de sociabilidade resultantes de mudanças verificadas recentemente nas sociedades contemporâneas obstaculizadoras do desenvolvimento de capital cívico, conseqüentemente, inibidoras das ações coletivas? Ou os modelos de análise tradicionalmente empregados não seriam suficientemente claros para indicar novos padrões de sociabilidade, adequados à nova realidade, que estruturariam ações de igual importância às anteriormente predominantes? Indicaremos, a título de conclusão, alguns pontos importantes para uma agenda de pesquisa sobre o assunto.

SOCIEDADES GLOBAIS E SOLIDARIEDADE: O LUGAR DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor vem ocupando cada vez mais espaço nas sociedades contemporâneas. Aqui definido enquanto instituições que atuam na provisão de bens públicos, ocupando *espaços abandonados pelo Estado e não disputados pelo mercado* (KURTZ, 1995), o terceiro setor ocupa uma vasta rede de atores sociais, organizados em Associações de Moradores, grupos religiosos, Organizações não governamentais, etc.

Estas formas organizativas, cimentadoras do tecido social, existem há muito tempo. Contemporaneamente, as ações estruturadoras da solidariedade se localizam principalmente no mercado e no estado, definindo as ações sociais dominantes, calcadas na racionalidade instrumental: o dinheiro e o poder (HABERMAS, 1978, 1987). As ações não estabelecidas pela racionalidade instrumental, entretanto, sempre estiveram presentes e se constituem em instrumento indispensável à manutenção do tecido social. Localizando-se na esfera do mundo da vida (e definidas operacionalmente pela racionalidade substantiva), estas ações produzem solidarie-

dade de outro nível. Os intercâmbios estabelecidos entre os atores não se dão de forma pontual e localizada, como é o caso das situações de troca de mercado entre consumidores, ou nas relações do Estado na provisão de serviços públicos, caracterizando também uma relação localizada entre o produtor de bens e o detentor de direitos (o cidadão). A solidariedade produzida na esfera do mundo da vida se dá a partir de trocas não circunscritas em um espaço de tempo, traduzindo-se antes de tudo pela reafirmação de laços sociais que se prolongam por uma trajetória de sociabilidade não necessariamente inscrita na contabilidade da equivalência de objetos que se intercambiam. A troca, que se dá a partir do dom (elemento caracterizador deste tipo de solidariedade), apresenta as seguintes características:

Não existe sempre o retorno, no sentido habitual, mercantil do termo, de retorno material de objetos ou de serviços ... Ao contrário, o retorno é freqüentemente maior que o dom. Desde que haja troca, esta se distancia do princípio de equivalência mercantil. Os parceiros parecem freqüentemente ter o prazer de desequilibrar constantemente o princípio da equivalência da troca, quer dizer, preferem se manter em estado constante de dívida... A única coisa não totalmente livre do dom é o fato de receber. Quer queira ou não, se recebe, e existe sempre retorno: a gratidão, que suscita o reconhecimento, este suplemento que circula e que não entra nas contas, são retornos importantes para os doadores (GOUBOUT, 1992, p. 136-7).

Os processos de solidariedade originários a partir do fenômeno do dom e ancorados no cotidiano se constituem em elemento fundamental na estruturação do vínculo social. Primeiro, como nos mostra GOUBOUT (1992), a partir da transformação do indivíduo em pessoa

sujeito que se posiciona em uma série de atos de direitos e obrigações, de dívidas e créditos, que desenham sua existência concreta, que estabelece o lugar real, simbólico ou imaginário, onde as pessoas entram em interação ... lugar de interconhecimento direto e concreto, seja efetiva - relações face a face ou simplesmente virtuais (p. 197).

Depois, o estabelecimento da reciprocidade e da interdependência mútua que caracteriza a estruturação da sociedade, como nos mostra GOULDNER (1960). Este processo de certa forma complementa as atividades inscritas na esfera econômica, onde o padrão de troca, levado a

cabo a partir da divisão do trabalho, é realizado, resultando na interdependência das pessoas.

As formas de sociabilidade ligadas ao fenômeno do dom vêm à tona recentemente por conta das profundas reestruturações por que tem passado as sociedades contemporâneas, e a relativa falência de suas instituições em prover adequadamente *inputs* legitimatórios ao sistema social. Embora os mecanismos de alocação de recursos estruturados a partir do mercado e do Estado ainda se constituam em elemento central na estruturação do vínculo social e os processos sociais engendradores de solidariedade localizados por fora destes dois espaços hegemônicos sempre tenham existido, a sua importância tem recentemente crescido enquanto instrumentos estabilizadores da ordem social. Alguns autores, como por exemplo GOULDNER (1992) chegam mesmo a afirmar que os processos sociais resultantes de mecanismos operativos sob a égide do dom sempre foram os pilares da ordem social, mesmo recentemente, quando encobertos pela presença dominante do mercado e do Estado.

Mesmo entre os que não partilham desta opinião, há um relativo consenso de que as mudanças por que tem passado recentemente as sociedades ocidentais resultaram em uma crise de legitimidade; crise esta que se traduz na relativa falência institucional em prover adequadamente *inputs* legitimatórios, de um lado, e na emergência de processos de sociabilidade que passam por fora dos principais sistemas operativos da ordem social.

Crise do *Welfare State*, crise das sociedades estruturadas em processos de acumulação fordista, falência da modernidade, etc., estes são os rótulos mais freqüentes das mudanças recentemente vivenciadas.¹ Estes processos, que refletem mudanças profundas nas sociedades contemporâneas, podem ser resumidamente caracterizados enquanto: (a) uma crise da esfera burguesa, resultando em mudanças na estrutura social; (b) crise da sociedade do trabalho, provando o declínio da ideologia do trabalho e o subsequente advento da ideologia da ciência e da técnica; (c) crise do

¹ Existe uma vasta literatura sobre o assunto. Consultar, por exemplo, CASTELLS (1996), MELUCCI (1996), HARVEY (1990).

Estado do bem-estar social, cujo projeto torna-se problemático quando os meios burocrático, administrativo e econômico que estruturam o sistema capitalista não mais dão conta das complexas inter-relações de uma sociedade global. (SIENBENEICHLER, 1989).

As recentes mudanças verificadas recentemente nos sistemas políticos contemporâneos parecem também indicar a emergência de novas formas de solidariedade. Segundo OFFE (1975), durante o período das sociedades de **capitalismo tardio**, o principal instrumento de articulação dos interesses da sociedade, os partidos políticos e os sindicatos, perderam sua importância em detrimento dos movimentos sociais e do corporativismo. Mais recentemente, as associações voluntárias assumem um importante papel na construção das redes de solidariedade, e conseqüentemente na reafirmação do vínculo social.

Uma das mais importantes facetas desta nova ordem social reside na relativa flexibilização dos mecanismos operativos das instituições, agora mais descentralizadas, flexíveis e atentas à diversidade identitária. Contrariamente a uma ordem econômica fordista, por exemplo calcada na produção em massa e orientada para o consumo padronizado, surge a flexibilização produtiva e a fragmentação do consumo; na mesma direção, as políticas de gestão pública se reorientam para o local, com importantes apelos à participação popular e de afirmação identitária,² colocando de certa forma o padrão então dominante de Estado-Nacional, centralizado e estruturado burocraticamente, em xeque. Este novo espaço de gestão social, que surge em decorrência da falência dos mecanismos institucionais tradicionais do mercado e do Estado, estaria centrado na sociedade civil, nas redes sociais constituídas a partir de mecanismos que passariam por fora (embora não totalmente desligados de) das estruturas

² O fator identidade (que pode ter uma base étnica, comunitária, profissional, etc) assume aqui uma importância central na estruturação das redes que suportariam os novos mecanismos estruturadores da solidariedade. Sobre a importância da estruturação identitária sobre os processos políticos, consultar Melucci (1996).

de sociabilidade ancoradas na racionalidade instrumental.³ Este novo modelo é assim descrito por LAVILLE (1994, p. 172).

...uma nova forma de organização suscetível de formar um espaço de poder que permitiria às forças vivas das comunidades locais, aos assalariados e consumidores serem partes presentes nas decisões relativas não somente ao planejamento da cidade, mas também tudo que afete a vida cotidiana e o trabalho. Nesta perspectiva, as normas que regulam o desenvolvimento local, a gestão dos serviços públicos e a organização do trabalho – bem como a orientação da produção – não seriam definidas do alto ou sobre o peso de um único agente externo, mas a partir da negociação e o compromisso entre parceiros, com pontos de vista diferentes.

Estaríamos assistindo, portanto, à emergência de novas redes de solidariedade,⁴ fundadas em mecanismos de sociabilidade originários na sociedade civil e calcados na esfera do mundo da vida. A estruturação destas novas redes depende, como em demais casos, da interdependência mútua de seus membros, conseqüentemente, das múltiplas conexões que estabelecem entre si. Neste caso, o mercado e o Estado, produtores de solidariedade, são também portadores destas características. Mas estas novas formas de solidariedade, além disso, se fundam em estruturações identitárias mais caracteristicamente marcadas pela personificação dos contatos sociais,⁵ pela estruturação mais estreita do *alter* e do *ego*, ao contrário do que acontece no campo do mercado e do Estado, onde os indivíduos se definem mais largamente enquanto consumidores ou cidadãos.

Estamos aqui em um campo de questões ainda não totalmente resolvidas. Há um relativo consenso que as sociedades contemporâneas têm passado por mudanças significativas, que influem de maneira decisiva na estruturação dos processos de solidariedade. Há também um grupo

³ Duas importantes questões: (a) a elegante tese de Habermas sobre a crise de legitimação no capitalismo tardio é de difícil operacionalização empírica. Com efeito, como medir estes dois níveis de racionalidade e suas manifestações concretas nos processos sociais? (b) as mudanças na estrutura produtiva e nos processos de gestão pública, embora possam ser comprovadas, não substituem as tradicionais formas de organização, que ainda são dominantes.

⁴ Solidariedade pode ser definida da seguinte maneira: *A solidariedade [de um grupo] é função de dois fatores independentes: primeiro, a extensão de suas obrigações e, segundo, o grau com que os indivíduos atualmente cumprem estas obrigações* (HECHTER, 1987, p. 18).

⁵ Ao contrário do que por exemplo acontece nas relações de sociabilidade estabelecidas a partir do Estado, onde predomina *uma despersonalização da relação social e, acrescentando-se a isto, uma irresponsabilidade própria das estruturas burocráticas* (GOUDBOOUT, 1992, p. 235).

de autores que afirma que estes novos processos de sociabilidade seriam substitutos de mecanismos já não tão eficazes, inscritos na esfera do mercado e do Estado. Não se tem certeza, entretanto, a que nível estas prováveis mudanças chegaram. Nem qual a real dimensão destas **novas** formas de solidariedade.⁶ Alguns autores, como por exemplo, LAVILLE, falam de uma **economia solidária**:

É no interior destes novos acordos sociais que as iniciativas econômicas originárias das comunidades locais e das regiões teriam um espaço, precisamente porque elas buscam responder à crise do emprego e ao desengajamento do Estado, empregando estratégias autônomas de desenvolvimento sócio-econômico ... A economia solidária é um desses fenômenos que podem ser ou transitórios ou parte de uma nova forma de desenvolvimento ... Nós propomos a idéia de que estas práticas econômicas e sociais têm um sentido que lhes são comuns, quer dizer, a resolução de problemas sociais a partir de uma intervenção econômica em uma perspectiva principalmente associativa ... Esta economia se inscreve em uma nova via, entre a economia mercantil e a economia pública, um passo em direção a uma economia ancorada na solidariedade. (LAVILLE, 1994, p. 132).

Estes mecanismos produtores de solidariedade fundados na esfera do mundo da vida seriam, aparentemente, bastante importantes nas sociedades contemporâneas. Haveria, inclusive, a partir das mudanças recentemente observadas nas sociedades modernas, uma tendência de estes processos se tornarem mais significativos. Independentemente das perspectivas de evolução dos processos de geração de solidariedade, há um consenso entre os autores pesquisados de que, de um lado, mudanças importantes estariam acontecendo nas sociedades contemporâneas e, de outro, fórmulas organizativas calcadas na esfera do mundo da vida estariam sendo fortalecidas, ocupando uma posição importante na manutenção do vínculo social.

Como funcionam estes mecanismos de solidariedade? Desde Durkheim, em seu clássico *da divisão do trabalho social*, os processos geradores

⁶ Ao que me parece, presentes há muito tempo. Recentemente, entretanto, tem sido postas em evidência. A crescente importância destas estruturas de solidariedade fundadas na esfera do mundo da vida seriam indicadores da falência dos mecanismos tradicionais de produção de solidariedade.

de solidariedade, fundamentais para a manutenção do laço social, estão associados à interdependência entre os indivíduos em suas atividades cotidianas. Deste modo, as instituições sociais, locais de performance dos papéis sociais, seriam o *locus* das práticas de solidariedade. Das práticas de solidariedade, identificadas por Mauss enquanto produtoras de **dádiva**, ou aquelas encontradas no mercado, não haveria diferenças significativas em suas características básicas (geradoras de interdependência, estabeledoras de vínculo social, etc.). A localização desses processos de sociabilidade, entretanto, se daria de maneira diferente, como observamos acima.

Nas sociedades modernas, aparentemente, haveria uma predominância das práticas sociais orientadas pelo dinheiro ou pelo poder, segundo a tese de Habermas.⁷ As outras práticas (estruturadas no mundo da vida), entretanto, não desaparecem; inclusive, são de vital importância para o funcionamento destas sociedades (é a tese de Goudbout). Estas práticas se estruturam a partir da construção de redes sociais centradas nos processos de sociabilidade vivenciados pelos indivíduos em seu cotidiano.

A crescente importância de processos sociais centrados no mundo cotidiano seria uma das facetas mais importantes das mudanças que estão em curso. As estruturas identitárias se centram cada vez mais em afirmações particulares, primárias (religiosa, étnica, territorial (CASTELLS, 1997), o que pode ser caracterizado como um paradoxo: diante de um mundo cada vez mais globalizado, se localizam cada vez mais em laços ancorados em sociabilidades específicas; conceitos totalizantes utilizados até então pelas ciências sociais, como classe, Estado, se tornam inadequados para explicar esta nova realidade.

Haveria, deste modo, um espaço cada vez mais importante para as ações coletivas localizadas em busca identitária de grupos que se definem enquanto pertencentes a uma etnia, um território, ou uma configuração cultural particular. Tais processos se estruturam por fora dos padrões

⁷ Esta progressiva interdependência entre os indivíduos, ao lado de uma individualização crescente, provocada pela economia monetária, é exemplarmente analisada em Simmel (1991).

anteriormente dominantes, como por exemplo o da esfera do Trabalho, ou mesmo perpassam os espaços territoriais do Estado-nação.

As Associações Voluntárias assumem neste contexto uma importância bastante significativa. Se alguns chegam até a afirmar que o Estado do bem-estar social acabou,⁸ as organizações não governamentais são vistas enquanto um instrumento substituto dos processos de solidariedade originários do Estado do Bem-Estar Social.

REDES E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

As profundas reestruturações por que passaram as sociedades contemporâneas têm impactos bastante significativos em várias esferas da vida social. Interessa-nos diretamente verificar quais são as tendências de mudança que se podem observar nos arranjos de sociabilidade que resultam em produção de solidariedade. Quer dizer, admite-se que os laços mantenedores do vínculo social de certa forma também se adaptam às mudanças recentes, e que haveriam outros mecanismos produtores de solidariedade substitutos dos anteriormente dominantes que não mais seriam adequados.

Estes processos são analisados aqui a partir do ponto de vista da Teoria das Redes Sociais (*social network analysis*). As redes sociais são as pontes que ligam os indivíduos às instituições sociais e estruturam suas biografias em inserções sociais que garantem suas identidades. Este conceito garante a compreensão de complexos processos sociais vivenciados em nível microsociológico, a partir de sua relação com fenômenos situados ao nível macro. Deste modo,

network analysis se origina a partir de uma idéia simples, mas poderosa: que a tarefa principal dos sociólogos é estudar estrutura social. Embora a ênfase na estrutura social pareça óbvia, é importante mostrar o que realmente significa. Ela desconsidera a análise sobre porque as pessoas agem e enfatiza os condicionantes estruturais de suas ações ... A maneira mais direta de estudar estrutura social é analisar os padrões de ligações entre

⁸ Isto é por exemplo o que Klaus Offe afirma, em recente entrevista à revista brasileira *Veja*, em 8-4-98.

seus membros. *Network analysis* procura as estruturas profundas – padrões de redes por baixo dos sempre freqüentes complexos sistemas sociais em sua superfície. Os analistas de redes tentam descrever estes padrões e usam estas descrições para aprender como as estruturas de redes influenciam o comportamento social e produzem mudança. Suas descrições estão baseadas no conceito de laços (*ties*), conectando nódulos (*nodes*) em um sistema social – laços que conectam pessoas, grupos, organizações ... *Network analysis* quer saber como as propriedades de natureza estrutural afetam comportamento para além das prescrições normativas, atributos pessoais e relações de natureza diática. Os analistas das redes concentram-se na estrutura, estudando como os padrões dos laços estabelecidos em uma rede provêem oportunidades e limitações porque influem no acesso das pessoas e instituições a recursos como informações, riqueza e poder. As análises de redes, portanto, tratam sistemas sociais enquanto redes de relações de dependência resultantes de acessos diferenciais a recursos escassos (WELLMAN, 1983, p. 156).

As práticas sociais que resultam em alocação de recursos por fora do mercado do Estado – as que formam as Associações voluntárias – se estruturam em redes sociais com características relativamente singulares. Assim, como nos mostra WELLMAN (1988, p. 28) *questões relativas a acesso a recursos estão estreitamente associadas com o desenho das redes ... Número razoável de estudos demonstra os efeitos de diferentes padrões de redes no acesso a recursos*. Diversos tipos de recursos não podem ser obtidos através do mercado. Informações, apoio emocional, suporte financeiro, ou ajuda na guarda de crianças ou em caso de doença são exemplos que facilmente se replicam no cotidiano de cada um de nós. Estando presentes nas redes de amigos, parentesco ou vizinhança, ou nas organizações de trabalho voluntário, estes recursos são alocados de forma particular, não obedecendo à lógica do mercado ou do Estado. Também, aparentemente, as redes sociais subjacentes à alocação destes recursos se dão de forma bastante particular.

Observemos, primeiro, os processos de alocação derivados das redes sociais baseadas em laços fortes, como por exemplo as familiares:

1. Na base, o universo de trocas e suportes afetivos. É o alicerce que sustenta o resto do edifício, mas que não se pode isolá-lo;
2. os serviços prestados, a “mãozinha” (*coups de main*), os inumeráveis gestos cotidianos realizados pelos membros da rede em favor de um outro membro, a seu pedido ou não;

3. os dons de transmissão, ligando as gerações entre si, dons inscritos em um fluxo infinito, pondo em evidência o caráter fundamentalmente não recíproco da dádiva;
4. os dons rituais: os presentes, e todos os excessos, para além do que está estabelecido, para além do que é útil, das regras do ritual ele mesmo (GOUDBOUT, 1992).

Estes processos se localizam, em primeiro lugar, nas redes egocentradas, entendidas enquanto estruturação dos laços sociais a partir dos indivíduos. Estes laços que originam os processos da dádiva são caracterizados por **laços fortes** (*strong ties*),⁹ e estruturam as redes de reciprocidade. Assim, como nos mostra GRANOVOTTER (1983, p. 212), *proximidade é aparentemente a mais importante e simples característica definidora das relações de solidariedade*. Estas redes de solidariedade se constituem em um verdadeiro **colchão** amortecedor das situações de crise, em um receptáculo de suportes não normalmente oferecidos pelos tradicionais espaços de alocação de recursos.

As redes de solidariedade são lembradas enquanto instrumento importante de enfrentamento de situações adversas pelos pobres urbanos, principalmente em situações de insegurança econômica e de falência dos serviços públicos. Com efeito, como nos mostra GRANOVOTTER (1981, p. 107),

redes de laços fortes parecem estar ligadas tanto à insegurança econômica quanto à falta de serviços sociais. Desde que a taxa de desemprego seja alta, a ameaça de viver na pobreza é real; desde que grandes segmentos da população encontram dificuldades para ter acesso a serviços médicos, creches e outros serviços sociais, podemos esperar uma maior intensidade da busca de laços sociais fortes.¹⁰

Mas também existem outros mecanismos produtores de solidariedade localizados por fora do Estado e do mercado que não se estruturam propriamente em redes sociais de laços sociais fortes, como é o caso de

⁹ A intensidade dos laços sociais é desta maneira definida: *definimos intensidade do laço social pelo tempo gasto na relação, e pela intensidade, intimidade e serviços recíprocos no interior da relação. A sua intensidade é [provavelmente linear] uma combinação da quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos que caracterizam o laço social* (MARDSEN, 1984, p. 483).

¹⁰ Nos países subdesenvolvidos, as redes de solidariedade são o instrumento por excelência entre os pobres urbanos para aliviar situações de risco e incerteza. Sobre este assunto, consultar Panfichi (1997).

solidariedades produzidas por redes egocentradas. As ações empreendidas pelas associações voluntárias são o exemplo mais marcante.¹¹ GOUDBOUT descreve estas ações, distinguindo-as daquelas empreendidas pela esfera estatal ou mercantil:

... o fato de que o princípio-motor da ação tenha origem no laço que existe entre os membros da associação ou entre a associação e a pessoa que recebe ajuda. Todos insistem neste aspecto particular que distingue esta ação da intervenção pública: os laços comunitários entre o prestador e o prestatário do serviço. Esta ausência de ruptura é particularmente evidente nos grupos de ajuda mútua. Mas também está presente em todo o lugar: "aqui não é uma repartição pública", dizem, por exemplo os que trabalham em uma ONG. Esta ausência de ruptura se manifesta igualmente pela insistência na recusa de superioridade a partir da competência profissional, criando um fosso entre o cliente e o especialista: "somos todos parecidos"; podemos compreender o problema daqueles que vêm nos ver; nós somos como eles (p.106).

Aqui, diferentemente das ações empreendidas a partir dos laços estabelecidos nas redes egocentradas, a presença de laços fortes não é condição *sine qua non*. Os mecanismos geradores de solidariedade se apoiam em ações empreendidas coletivamente, geralmente orientadas para a produção de bens públicos. Estas ações podem ser caracterizadas ou não enquanto ações coletivas: com efeito, muitas destas ações, resultantes de práticas filantrópicas ou de trabalhos voluntários, dificilmente poderiam ser categorizadas enquanto atos resultantes do esforço coletivo para a satisfação de necessidades egoísticas, que não podem ser satisfeitas individualmente. Dificilmente, portanto, poder-se-ia adequar estes fatos à teoria olsoniana das ações coletivas, caracteristicamente utilitarista,¹² o que não significa dizer que os indivíduos envolvidos em ações desta natureza não sejam motivados racionalmente. É o que nos mostra Coleman, quando afirma que *algumas obrigações se originam da criação intencional de reciprocidade de uma pessoa que faz alguma coisa para uma outra* (COLEMAN, 1994, p. 309 – [sem grifo no original]). Estas ações também se estruturam a partir de

¹¹ Outros, descritos por Goudbout se situam em casos de ações de dádiva onde os laços entre quem dá e quem recebe não são claramente estabelecidos. É o caso dos doadores de órgãos ou de sangue.

¹² Esta é a crítica de Godbout às teorias da escolha racional, cujo caráter estritamente utilitarista impede visualizar certas ações baseadas na dádiva. Com efeito, conforme assinala Goudbout, *o dom não obedece a nenhuma restrição, nem de autoridade nem legal, nem mesmo racional, em função do cálculo. Ele obedece a um "movimento da alma"* (p. 141).

desenhos particulares de redes sociais. Embora não se tenha clareza a respeito da relação entre estas ações e estruturas particulares de redes sociais que a suportam (BURT, 1992, p. 60), haveria um desenho particular das redes, tanto no que diz respeito aos atores que participam destas ações, quanto em relação às próprias instituições organizadas para o empreendimento destas ações, em sua relação com o ambiente social onde estão inseridas.

Aqui, alguns pontos merecem consideração. As estruturações societárias que resultam em estabelecimento de ações fundadas em organizações voluntárias se constituem em uma importante fonte de recursos para as comunidades envolvidas. O resultado mais significativo, ao lado dos recursos alocados e conseqüentemente dos benefícios resultantes de sua fruição, é a crescente capacidade destas comunidades em lidar com os negócios públicos, seja empreendendo ações autonomamente, seja endereçando à esfera pública suas reivindicações. PUTNAM (1992) chama isto de cultura cívica. Neste sentido, comunidades que carecem de cultura cívica estariam imbuídas de práticas obstacularizadoras de formação de estoque deste tipo de capital; estariam, portanto, estruturadas em padrões de sociabilidade que não facilitaríamos a formação de uma cultura cívica. É o que BANFIELD (1958) aponta, em seu estudo sobre uma comunidade do sul da Itália, na existência do que ele designa *familismo amorale*: padrões de comportamento que resultariam em apatia e relativamente isolamento da esfera pública e do empreendimento de ações públicas via organizações voluntárias. Este tipo de padrão comportamental, embora Banfield não indique diretamente, estaria ligado a uma estrutura particular de redes sociais, obstacularizadoras da formação de uma cultura cívica.

As ações, deste modo, estabelecidas a partir destas estruturações particulares de sociabilidade, seriam potenciais carreadoras de recursos para seus protagonistas. Estes, portanto, teriam um estoque de capital, cujas características seriam distintas do capital físico ou do capital humano, comumente descritos na literatura econômica. Este tipo de capital, designado de capital social, é definido da seguinte maneira:

Capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades tendo duas características comuns: consistem todas em algum aspecto da estrutura social, e facilitam algumas ações de indivíduos que estão na estrutura. Como outras formas de capital, capital social é produtivo, tornando possível a realização de alguns objetivos que não poderiam ser alcançados na sua ausência. Como capital físico e capital humano, capital social não é totalmente negociável (*fungible*), mas o é em relação a atividades específicas. Uma dada forma de capital social que é valioso facilitando certas ações, pode não ter valor ou mesmo ser prejudicial para outras ações. Diferentemente de outras formas de capital, o capital social herda a estrutura de relações entre as pessoas. Ele não está alojado nem em indivíduos nem em infra-estrutura produtiva...capital humano é criado mudando pessoas, dando-lhes habilidades que as tornam capazes para agir em novos ambientes. Capital social, por sua vez, é criado quando as relações entre pessoas muda de forma que facilita a ação. Capital físico é totalmente palpável (*tangible*), estando incorporado em formas materiais observáveis; capital humano é menos materializável, estando incorporado em habilidades e conhecimentos adquiridos pelo indivíduo; capital social é ainda menos palpável, porque está incorporado nas relações entre as pessoas (COLEMAN, 1994, p. 303-4).

O estoque de capital social disponível nas comunidades, portanto, seria o elemento potencializador de seu desenvolvimento – ao lado dos capitais humano e físico; este tipo de capital, diferentemente dos outros, seria estruturado a partir dos vínculos estabelecidos a partir das relações entre as pessoas.¹³ Seria portanto função da natureza particular das redes sociais estruturadas, funcionais a seu desenvolvimento. Haveria também uma certa relação entre as redes sociais egocentradas (que instrumentaliza um tipo de solidariedade, fundado nos laços fortes) e o nível de organização comunitária, operado a partir de suas Associações Voluntárias. É o que chamo de sustentabilidade das organizações voluntárias. Inicialmente estruturadas a partir de ações voluntárias estabelecidas em uma comunidade para o empreendimento de práticas visando a produção de bens públicos, estas organizações construíam suas identidades a partir da idéia de comunidade, locais de convivibilidade e de estabelecimento de laços de pertencimento, que se traduziam no esforço coletivo para a produção do bem-estar. Outras formas de identidade não necessariamente

¹³ Conforme afirma BURT (1998, p. 7), *capital social é uma qualidade criada entre pessoas, enquanto capital humano é uma qualidade dos indivíduos.*

te ligadas a uma comunidade de base territorial também seriam estruturadas a partir de redes, formadoras de capital social. O que se traduzia no que WUTHNOW (1998, p. 7) designa de envolvimento cívico, *participação em atividades sociais que tanto estabelece mediação entre cidadãos e o governo quanto provê meios para cidadãos perseguirem objetivos comuns com ou sem ajuda do governo*. O que caracteriza, deste modo, uma associação voluntária é exatamente esta vinculação com uma prática que se consubstancia a partir de um estoque de capital social, que por sua vez depende de um padrão de estruturação de sociabilidade particular.

As organizações voluntárias – também conhecidas por Terceiro Setor – podem ser compreendidas a partir das questões levantadas acima. De um lado, prováveis mudanças nas sociedades contemporâneas que estruturam um padrão de práticas mais favoráveis ao desenvolvimento do Terceiro Setor¹⁴ que, por sua vez, também se adaptaria a novos padrões de sociabilidade. Os padrões organizativos das Associações Voluntárias contemporâneas teriam um perfil particular, consoante com as novas formas de sociabilidade. Estas mudanças e conseqüentemente as novas formas de solidariedade estabelecidas não obedeceriam, entretanto, a um padrão linear, uniforme. Há que se assinalar, de um lado, que o processo ainda está em formação e, que, de outro, as inovações são absorvidas diferenciadamente segundo grupos sociais, regiões ou outros elementos que modelam as sociedades modernas, caracteristicamente estabelecidas em um padrão de desigualdade social.

Assim, por exemplo, as sociedades inscritas no chamado **mundo desenvolvido** passariam por um padrão de mudança particular. Nestas sociedades, as inovações tecnológicas, os rearranjos organizacionais do Setor Público e do mercado ocorrem com maior intensidade, provocando profundas mudanças nos processos de sociabilidade. No que diz respeito aos processos de organização em Associações Voluntárias, estes novos padrões de sociabilidade resultariam em estruturas organizativas parti-

¹⁴ É a tese de diversos autores, que acreditam que as sociedades contemporâneas são mais funcionais ao surgimento de associações voluntárias.

culares, adequadas a um padrão de **porosidade** existente nas instituições sociais, na expressão de WUTHNOW (1995). Assim, segundo este autor,

mudanças no caráter da participação cívica estão relacionadas com a crescente porosidade das instituições sociais. Na medida em que a população aumenta e se torna mais diversificada, e enquanto as tecnologias de informação se tornam mais complexas, instituições tem-se adaptado desenvolvendo fronteiras menos rígidas, o que permite que bens, idéias e pessoas circulem mais facilmente. Muitas instituições têm sido reconfiguradas a partir deste processo. Estas estruturas permeáveis também desenharam as formas com que os indivíduos vivem e se relacionam com os outros, ditando maior flexibilidade e menos compromisso (p.105).

O florescimento destas organizações sociais – instrumentos por excelência na potencialização de uma cultura cívica – estariam associados a padrões de sociabilidade particulares, resultantes de tipos específicos de estruturação de redes sociais. Haveria, portanto, uma relação bastante forte entre os padrões de redes sociais existentes e as chances de a comunidade instituir associações voluntárias exitosas. Estas redes também estruturaram-se de acordo com os padrões de sociabilidade vigentes, o que resulta em padrões de organização das Associações Voluntárias diversos dos anteriormente existentes. A inserção dos indivíduos, por exemplo, em redes organizadas a partir de laços fortes (parentesco, grupos de amizade, identidades territoriais e étnicas), embora ainda seja um elemento importante na estruturação de identidades, não explica satisfatoriamente os padrões de recrutamento das associações voluntárias contemporâneas. As associações que agora se estabelecem instituem padrões difusos de recrutamento, baseadas em estruturas identitárias que perpassam fronteiras antes bastante importantes para o seu sucesso.

A emergência de novos padrões de sociabilidade não resultaram no enfraquecimento da prática associativa. Alguns autores inclusive afirmam que recentemente estaríamos assistindo a um revigoramento das Associações voluntárias, estruturadas, entretanto, de forma diferente das existentes anteriormente. Tomando a realidade norte-americana como exemplo, vemos que os padrões associativos freqüentemente encontrados até o final da década de 60 (como os PTA, os Rotary Club, os *women's Club*, por

exemplo) estão em franca decadência¹⁵. O que faz Putnam afirmar que hoje o americano médio *is bowling alone*; quer dizer, a América, enquanto um país de *joiners* não é mais a realidade da década de 90. Putnam, baseado neste fato, alerta para a perda do capital social presente nas comunidades norte-americanas e a conseqüente ameaça para a democracia, na medida em que a cultura cívica, resultante deste caráter associativo, estaria erodindo. Outros autores, entretanto, afirmam que o padrão típico de *joiner* do norte-americano não se modifica. Apenas as Associações Voluntárias existentes hoje teriam um padrão organizativo diverso, resultante de mudanças verificadas nos padrões de sociabilidade. Deste modo, as estruturas das redes sociais que deram origem aos padrões associativos existentes até o final da década de 60 foram substituídas por outras.

Isto se reflete drasticamente nas Associações Voluntárias. O bom vizinho agora é substituído pelo voluntário em uma ONG, um trabalho que não se centra em questões específicas da comunidade mas na idéia de um serviço prestado a uma causa mais geral, como juventude, drogas, *homeless*, por exemplo. Os laços sociais que unem os indivíduos que participam não se localizam preponderantemente em estruturas identitárias baseadas no território (vizinhança), local de trabalho ou outros fundados principalmente em laços fortes. São, antes de tudo, identidades construídas a partir de reconhecimento difuso do eu e do outro, que trespassa rígidas fronteiras de sociabilidade antes predominantes, definidoras, por exemplo das identidades de classe e de nação. A porosidade dos processos sociais – segundo Wuthnow – refletiria esta tendência: a possibilidade de construção identitária, localizada é certo em uma estruturação definida a partir de um desenho particular de rede, mas ao mesmo tempo permeando diversas instituições sociais, localizadas muitas vezes descontinuadamente no espaço. Estas estruturas identitárias

¹⁵ Uma discussão sobre a decadência destas práticas de engajamento cívico e suas prováveis conseqüências sobre o estoque de cultura cívica e portanto sobre o vigor da democracia que acontece nos meios acadêmicos norte-americanos, surge principalmente a partir de trabalhos de PUTNAM (1995; 1995a; 1996).

recentes, como nos mostra Melucci, não podem ser compreendidas adequadamente através das teorias sociológicas tradicionais:

Explicações baseadas em determinantes estruturais de um lado e valores e crenças do outro nunca podem responder a questões sobre como atores sociais vêm a formar uma coletividade; como estas comunidades se mantêm; como agem juntas e dão sentido a um movimento social; ou como o entendimento de uma ação coletiva deriva de pré-condições estruturais ou de motivações individuais (MELUCCI, 1996, p. 69).

O que permite, por exemplo, o reconhecimento do *status* de jovem, de mulher ou de negro (para citar apenas os casos mais comuns) perpassando de certa forma as rígidas fronteiras antes definidoras de identidade. As ONGs, neste sentido, seriam os lugares ideais para a construção de Associações Voluntárias: com causas definidas, estruturadas a partir de interesses específicos, atraem voluntários que, ao lado de profissionais remunerados, empreendem ações públicas; são instituições mediadoras, na expressão de SMITH (1994), provedoras de serviço público, que dão suporte aos grupos sociais mais fragilizados.

Haveriam, portanto, significativas mudanças nas estruturas de sociabilidade recentes que resultariam em um maior estímulo na participação em ONGs, redirecionando os padrões de trabalho voluntário antes estabelecidos em Associações Voluntárias tipo PTA, *Women Group* e outras para ONGs com objetivos de ação mais claramente delimitados. As ONGs também florescem em virtude de mudanças nos padrões de políticas sociais desenvolvidos pelos Estados modernos. Há uma tendência entre os países ocidentais em transferir a responsabilidade na produção de serviços para instituições da sociedade civil, as ONGs. As agências públicas atualmente exerceriam o papel fiscalizador, alocando recursos para as ONGs prestarem serviços aos grupos sociais fragilizados. Deste modo, verifica-se recentemente uma presença mais importante das ONGs, com uma maior dependência de fundos públicos. Este fato pode ser observado na trajetória das agências prestadoras de serviço norte-americanas:

Existem três tipos de agências prestadoras de serviços sem fins lucrativos, cada um com formas diferentes de conexão com a comunidade. Um tipo é a agência tradicional de prestação de serviços ... elas geralmente

têm recursos próprios e tendem a ser menos dependentes do governo. Frequentemente oferecem diferentes serviços e são portanto menos dependentes que outras agências na demanda de um tipo particular de clientela. Estas agências têm tipicamente uma grande número de diretores (30-40) originários da elite econômica e política da comunidade. Instituições religiosas, como as católicas estão nesta categoria... Um segundo tipo de organização é aquela fundada recentemente, em resposta à disponibilidade de fundos governamentais. Estas agências dependem destes fundos e foram criadas a partir de um contrato governamental. Um terceiro tipo de organização é aquele fundado em resposta a demandas da comunidade. Existem várias organizações que existem para resolver problemas da comunidade, como fome, *homelessness* ou *runaway youth*. (SMITH, 1994, p. 38-9).

Os países subdesenvolvidos, embora apresentem algumas particularidades em relação aos do norte do hemisfério, também têm passado por mudanças semelhantes. Assiste-se, de um lado, à proliferação de ONGs, muitas vezes ocupando espaço das antigas entidades filantrópicas, mas também, com a falência dos serviços públicos, preenchendo muitas vezes os espaços que as agências públicas não conseguem ocupar. Por outro lado, a presença importante dos movimentos sociais urbanos imprime sua marca, não somente quando da ação política na reivindicação junto ao Estado por serviços públicos, mas também na ação direta na provisão de serviços, trabalhando em parceria com ONGs, instituições religiosas, ou mesmo agências públicas, em projetos de gestão participativa.

Os movimentos urbanos nem sempre ocuparam este papel de maneira decisiva. Associações de vizinhos, de amigos de bairro, grupos de mães, etc., inicialmente foram estruturadas enquanto instituições de socorro.¹⁶ Com as recentes mudanças observadas nestes países – intensa urbanização e conseqüente movimento migratório campo-cidade, industrialização, etc. – as associações comunitárias tornaram-se o instrumento principal na luta pelo acesso ao solo urbano, em um primeiro momento, e na reivindicação por serviços de infra-estrutura urbana, posteriormente. Estes movimentos tinham, portanto, um caráter essencialmente político. Recentemente, com políticas de reestruturação do Estado e o estímulo a

¹⁶ Encontramos na literatura vários registros de associações mutualistas em cidades brasileiras. É o caso, por exemplo, de caixas de assistência para auxílio a funerais, encontradas em diversas comunidades de baixa renda da cidade do Recife.

práticas de participação na gestão urbana, estas instituições ocupam um importante papel na gestão pública (através dos fóruns de participação popular), de um lado, e na provisão de serviços, de outro. Agora, diferentemente das ações empreendidas quase exclusivamente com o suporte das comunidades, estes movimentos associam-se com as ONGs, instituições religiosas e mesmo agências públicas de prestação de serviços sociais; a provisão de serviços para as comunidades se torna então uma atividade bastante importante destas instituições. Desta forma, como observa WILLS (1995, p. 5):

As ONGs foram descobertas por agências bilaterais e têm-se legitimado enquanto instrumentos eficientes na luta contra a pobreza. Têm sido vistas enquanto um poderoso instrumento contra as políticas de ajustamento estrutural. São cada vez mais importantes no cenário sócio-político, o que implica uma redução do Estado e uma mais importante participação da população na execução das políticas. Estes questões provocam profundas mudanças no papel das ONGs recentemente.

Estas instituições – associações comunitárias, ONGs, entidades religiosas – portanto, vêm desempenhando um papel cada vez mais importante na produção de serviços públicos. A sua estruturação e desenho das redes que lhe dão suporte são diferentes em relação às Associações Voluntárias anteriores, como acontece nos países desenvolvidos.

CONCLUSÕES

Estariam as sociedades contemporâneas assistindo a um processo de fragilização das Associações Voluntárias, resultando em deterioração da solidariedade, com conseqüências sobre o nível de engajamento cívico? Esta é a questão central na agenda de pesquisa sobre o impacto das mudanças sociais nos padrões organizativos das Associações Voluntárias. Para o cenário americano, Putnam lança o debate, sugerindo que o padrão típico de *joiner* – que pelo menos desde Tocqueville tem caracterizado o cidadão americano – estaria em declínio. E que este fato resulta em sérias conseqüências para a estruturação da sociedade norte-americana. Esta tese, entretanto, é polêmica. Inúmeros estudos têm demonstrado que

o trabalho voluntário e o espírito associativo dos norte-americanos, bem como o nível de engajamento cívico permanecem tão vigorosos quanto antes, ou mesmo que têm aumentado. É o que nos afirma VERBA (1995), sobre a participação política, CURTIS (1992), sobre a participação em associações Voluntárias. O que modifica, entretanto, é a forma como se organizam atualmente, como nos mostra WUTHNOW (1998) que mudanças aconteceram não implicando entretanto em declínio no padrão associativo.

O fenômeno associativo também estaria em franca mudança nas sociedades ao sul do hemisfério. Observa-se, de um lado – para o caso dos países da América Latina – uma certa perda de entusiasmo por parte dos analistas sobre a capacidade de os movimentos sociais produzirem mudanças sociais significativas. Se consultarmos a literatura sobre o assunto, podemos constatar que o que foi escrito nas décadas de 70 e 80 oferece uma visão bastante otimista sobre o papel desses movimentos na luta contra o estado de desigualdade social que caracteriza a região. Hoje não se credita tanta importância quanto antes, e inclusive alguns autores têm falado em crise dos Movimentos Sociais, desmobilização, etc. O que se pode observar, entretanto, é um novo padrão organizativo. De um lado, uma redefinição da prática desses autores sociais. Há uma inserção mais pronunciada desses atores nos processos de participação em gestão pública; verifica-se uma associação mais estreita destes movimentos com ONGs, entidades religiosas, setor público, etc., para a produção de serviços, abandonando práticas antes dominantes de protesto e contestação.¹⁷

Por outro lado, as ONGs estão em franca expansão. Os padrões de gestão estatal também se modificaram fortemente nos países ao sul do hemisfério, com a desregulamentação (e também em muitos casos, com as políticas de ajuste estrutural, desmantelamento) das políticas sociais, transferindo muitas das atividades então tradicionais do setor público para as ONGs. Práticas como comunidade solidária no Brasil ou no Mé-

¹⁷ O que não significa que estas práticas não existam ou tenham deixado de ser importantes. Simplesmente que a visibilidade do movimento é agora assegurada a partir de práticas também que incorporem a produção e gestão de serviços, em parceria com outros atores.

xico (com programa governamental de mesmo nome), são exemplos desta relação governo/ONGs que se intensifica cada vez mais.

Os atores sociais presentes anteriormente, antes fortemente ancorados em uma base territorial (como é o caso das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, ou dos Movimentos de bairro), se reestruturaram; para garantir a sua sustentabilidade no angariamento de recursos, têm que organizar-se em redes que trespassam as fronteiras dos espaços da comunidade territorial, associando-se com outros atores da esfera local, nacional ou mesmo internacional.

Estas mudanças aparentemente seriam resultantes de rearranjos de sociabilidade provocados por estruturas societárias diversas. Sociedade global, pós-fordista são alguns dos rótulos classificatórios. Existe toda uma agenda de pesquisa em curso sobre este assunto, com conclusões ainda bastante provisórias. Pesquisas sobre movimentos sociais, cidadania, exclusão social e Associações Voluntárias têm freqüentemente investigado os impactos destas mudanças sobre os processos de sociabilidade que resultam em engajamento cívico. Poucos estudos, entretanto, têm privilegiado a abordagem das redes sociais para a compreensão destes fenômenos. Acredito que a introdução do aparato conceitual sobre redes sociais pode trazer interessantes visões e muitas respostas. Os processos organizativos das associações voluntárias, por exemplo, podem ser melhor compreendidos quando clarificarmos a estrutura das redes sociais onde essas instituições estão inseridas; a mobilização de recursos, o impacto de suas práticas sobre o ambiente onde atuam, estas questões com certeza são em grande parte função do desenho das redes dos atores sociais envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG

- 1996 As ONGs e a realidade Brasileira – 6 ONGs nordestinas: transformação e permanência. **Cadernos da ABONG** (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), jun.

- BANFIELD, Edward
1958 **The moral basis of a backward society**. Chicago, The Free Press (research Center in Economic Development and cultural change), The University of Chicago.
- BURT, Ronald
1992 The social structure of competition. In: NOHRIA, N., ECCLES, Robert G. **Network organizations: structure, form, and action** Cambridge, Harvard University Press.
- BURT, Ronald
1998 The gender of social capital. **Rationality and society**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 5-46.
- CASTELLS, Manuel
1997 **The rise of the network society**. Cambridge, MA: Blackwell.
- CLARKE, Gerard
1996 **Non governmental organizations (NGOs): and politics in the developing world**. Swansea: Centre for Development Studies, University of Wales (Papers in International Development, 20).
- COLEMAN, James
1994 **Foundations of social theory**. Cambridge: MA, Harvard University Press.
- CURTIS, James, EDUARD, G. Grabb, DOUGLAS E. Baer
1992 Voluntary association membership in fifteen countries: a comparative analysis. **American Sociological Review**, [s.l.], n. 57, p. 139-152.
- DURKHEIM, Emile
1989 **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes
- FERNANDES, Roberto, DOUG, McAdam
1988 Social networks and social movements: multiorganizational fields and recruitment to Mississippi Freedom Summer. **Sociological Forum**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 357-382.
- FONTES, Breno Augusto Souto Maior
1999 **Associationalism and citizenship: the role of voluntary associations in improving the quality of urban poor communities**. Cambridge: MA.
- GOUBOUT, Jacques
1992 **L'esprit du don**. Paris: Ed. La Découverte
- GOULD, Roger
1993 Trade cohesion, class unit and urban insurrection: artisanal activism in the Paris commune. **American Journal of Sociology**, [s.l.], n. 98, p. 721-754.
- GOULD, Roger
1993a Collective action and network structure. **American Sociological Review**, [s.l.], n. 58, p. 182-196.
- GOULDNER, Alvin
1960 The norm of reciprocity: a preliminary statement. **American Sociological Review**, [s.l.], n. 25, p. 161-178.
- GRANOVOTTER, Mark
1995 **Getting a Job: a study of contacts and Careers**. Chicago: University of Chicago Press.

- GRANOVOTTER, Mark
1983 The strenght of weak ties: a network theory revisited. In: R.W, (Ed) **Sociological theory**. San Francisco: p. 201-33.
- GRANOVOTTER, Mark
1981 The strenght of weak ties. A network theory revisited. In: ALBANY CONFERENCE ON CONTRIBUTOR OF NETWORKS ANALYSIS TO STRUCTURAL SOCIOLOGY, abr.
- HABERMAS, Jürgen
1978 **Raison et légitimité. Problèmes de legitimation dans le capitalisme avancé**. Paris: Payot.
- HARVEY, David
1990 **The condition of postmodernity**. Oxford: Blackwell.
- HECTHCER, Michael
1987 **Principles of group solidarity**. Berkely and LA, CA, University of California Press.
- KURTZ, Robert
1995 Para além do Estado e mercado: autonomia de organizações comunitárias permite superar previsões da economia totalitária. Folha São Paulo, São Paulo, 3 de dez. Cad. Mais, p. 5.
- LAUMANN, Edward, PETER V. Mardsen, GALAKIEWICZ, Joseph
s.d. Community influence structures: extension and replication of a network approach. **American Journal of Sociology**, [s.l.], n. 83, p. 594-631.
- LAVILLE, Jean-Louis
1994 **L'économie solidaire. Une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer.
- MARSDEN, Peter, KAREN E. Campbell
Measuring tie strenght. **Social Forces**, [s.l.], n. 63, p. 482-501.
- MELO, Marcos Andre
1997 As ONGs no Brasil. In: RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Recife, mimeo.
- MELUCCI, Alberto
1996 **Challenging codes: collective action in the information age**. New York: Cambridge University Press.
- MONTGOMERY, James D
1992 Job Search and network composition: implications of the strength of weak ties. **American Sociological Review**, [s.l.], n. 57, p. 586-596.
- OFFE, Klaus
1975 **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OLSON, Mancur
1971 **The logic of collective action. Public goods and the theory of groups**. Cambridge: Mass, Harvard University Press.
- PANFICHI, Aldo

- 1997 Networks and identities among urban poor in Lima, Peru. LASA97 (In: INTERNATIONAL CONGRESS, GUADALAJARA, MEXICO - PANEL POL41: networks and Political culture. Argentine, Brazil and Peru, 20).
- PUTNAM, Robert
1992 **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- PUTNAM, Robert
1995 Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, 6, jan.
- PUTNAM, Robert
1995a Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in América. **Political Science and Politics**, 27.
- PUTNAM, Robert
1996 **The strange disappearance of civic America. American prospect**. (winter 1996). Disponível na Internet: <http://epn.org.prospect/24/24putn.html>
- SIENBENEICHLER, Flávio Beno
1989 **Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SIMMEL, Georg
1991 **The philosophy of money**. London: Routledge.
- ROSANVALLON, Pierre
1995 **La nouvelle question sociale**. Paris: Ed. Du Sueil.
- ROSANVALLON, Pierre
1981 **La crise de l'état providence**. Paris: Sueil.
- SMITH, Steven Rathgeb, LIPSKY, Michael
1994 **Nonprofits for hire. The welfare state in the age of contracting**. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- TOCQUEVILLE, Alexis
1977 **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia.
- VERBA, Sidney, SCHLOZMAN, Kay, BRADY, Henry E.
1995 **Voice and equality**: civic voluntarism in American Politics. Cambridge, Mass, Harvard University Press.
- WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine
1998 **Social networks analysis: methods and applications**. New York: Cambridge University Press.
- WELLMAN, Barry
1983 Network analysis: some basic concepts. In: WELLMAN, Barry (Ed) **Sociological theory**.
- WELLMAN, Barry
1988 **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press.
- WILLS, Frits
1995 **NGOs in Latin America: past strategies, current dilemmas, future challenges**. Oxford: England, INTRAC (Occasional paper series, n. 8).

WUTHNOW, Robert

1998 **Loose Conections. Joining together in America's fragmented communities.**
Cambridge, MA: Harvard University Press.